

# Litígios de Sangue: As Guerras Totais e suas consequências para a América Latina

Litigios de Sangre: Las Guerras Totales y sus consecuencias para América Latina

Blood Litigation: The Total Wars and Their Consequences for Latin America

Valdir Aragão do Nascimento<sup>1</sup>

Álvaro Banducci Júnior<sup>2</sup>

## Resumo

O trabalho aqui apresentado objetiva discutir as consequências que as chamadas guerras totais exerceram, e exercem, sobre a história e a realidade sociocultural dos países da América Latina. Tenciona demonstrar que a motivação de grande parte dos conflitos havidos nessa região teve sua gênese na disputa por territórios e a consequente ampliação de fronteiras, deixando claras as ambições e intenções de dominação daqueles que recorreram à guerra como estratégia de expansão. A metodologia utilizada para a confecção do artigo é de caráter bibliográfico, em que se buscou a colaboração de estudiosos interessados na temática em análise. A conclusão a que se chega demonstra que o recurso da guerra nem sempre traz os resultados desejados para aqueles que nela se envolvem, ou são envolvidos. As guerras não terminam nos campos de batalha, onde os conflitos têm a sua face mais perversa; mas se prologam ao longo dos anos através das inúmeras influências e consequências que desencadeiam.

Palavras-chave: América Latina; Guerras Totais; Fronteiras; Consequências.

## Resumen

El trabajo aquí presentado objetiva discutir las consecuencias que las llamadas guerras totales ejercieron, y ejercen, sobre la historia y la realidad sociocultural de los países de América Latina. Se pretende demostrar que la motivación de gran parte de los conflictos ocurridos en esa región tuvo su génesis en la disputa por territorios y la consiguiente ampliación de fronteras, dejando claras las ambiciones e intenciones de dominación de aquellos que recurrieron a la guerra como estrategia de expansión. La metodología utilizada para la confección del artículo es de carácter bibliográfico, en que se buscó la colaboración de estudiosos interesados en la temática en análisis. La conclusión a la que se llega demuestra que el recurso de la guerra no siempre trae los resultados deseados para aquellos que en ella se involucran, o están involucrados. Las guerras no terminan en los campos de batalla, donde los conflictos tienen su cara más perversa; pero se prologan a lo largo de los años a través de las innumerables influencias y consecuencias que desencadenan.

Palabras clave: América Latina; Guerras totales; fronteras; Consecuencias.

## Abstract

The paper presented here aims to discuss the consequences that the so-called total wars have exerted, and exert, on the history and socio-cultural reality of the countries of Latin America. It intends to demonstrate that the motivation of most of the conflicts that have occurred in this region had its genesis in the territorial dispute and

<sup>1</sup> Doutorando em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste PPGSD/UFMS, Mestre em Antropologia pelo PPGAnt/UFMS, Bacharel em Ciências Sociais pela UFMS. E-mail: 33valdir@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, coordenador do Mestrado em Antropologia Social PPGAS/UFMS. E-mail: abanducci@gmail.com.

the consequent expansion of borders, making clear the ambitions and intentions of domination of those who resorted to the war as a strategy of expansion. The methodology used for the preparation of the article is a bibliographical one, in which the collaboration of scholars interested in the subject under analysis was sought. The conclusion reached demonstrates that the use of war does not always bring the desired results to those who engage in it, or are involved. Wars do not end on the battlefields, where conflicts have their most perverse face; but prologue over the years through the innumerable influences and consequences that trigger.

Keywords: Latin America; Total Wars; Borders; Consequences.

## 1. Introdução

A América Latina, a despeito dos países que a compõem ocuparem vasta extensão territorial, não é um continente, nem se constitui numa unidade geográfica politicamente autônoma ou regulada por economia comum. Trata-se de uma região da América composta por países cuja colonização foi promovida por nações de origem latina, como Portugal, Espanha e França. Como tal, a América Latina pode ser definida, *grosso modo*, como uma região em que predominam as línguas originárias do latim; em particular a língua espanhola, a língua portuguesa e a língua francesa. São, ao todo, 20 países que a compõem, sendo: Argentina; Bolívia; Brasil; Chile; Colômbia; Costa Rica; Cuba; El Salvador; Equador; Guatemala; Haiti; Honduras; México; Nicarágua; Panamá; Paraguai; Peru; República Dominicana; Uruguai e Venezuela (BETHELL, 1997). Com aproximadamente 21.069.501 km<sup>2</sup>, o que equivale a cerca de 14,1% da superfície terrestre (BIBLIOTECA VIRTUAL DA AMÉRICA LATINA, 2017), esse imenso território e todas as suas riquezas foram, e ainda são, palco de disputas entre diversos povos e nações do mundo e da própria região. O espanhol é a língua predominante na América Latina; porém nela se fala o português, o francês – além de uma quantidade considerável de línguas nativas, sobreviventes ao processo colonial, como por exemplo: *aimara, guarani, jopará, quechua, náhuatl, maya*, dentre muitas outras.

A América Latina ao longo de sua história foi – e continua sendo – palco de disputas de todo tipo, desde as econômicas e sociais, com alcance limitado, até aquelas mais cruentas, devastadoras e de maiores consequências ou repercussão geopolítica. As relações de convívio, vizinhança e interação na América Latina, bem como seus conflitos, guerras e dissensões, tiveram como móvel – nem sempre declarados, mas sempre postos à mesa quando das negociações havidas em torno dos espólios de pós-guerra – a conquista e posse de porções territoriais e o consequente espraiamento dos limites de fronteiras. Nesse sentido, é pertinente a análise de Mitre (2010, p. 5) quando assevera que, em grande medida, os enfrentamentos armados na América Latina, “[...] foram precedidos por litígios em torno à definição das fronteiras territoriais e, nesse sentido, as guerras dos séculos XIX e XX não fazem senão

reproduzir o padrão de pendências latentes desde a fundação dos Estados.” Mitre (2010, p. 3) observa ainda que, notadamente na América Latina, as disputas que têm como objeto a conquista de territórios circunvizinhos, são frequentes e manifestam uma tendência a “perdurar no tempo<sup>3</sup>.”

Por mais de 300 anos as colônias da América Latina estiveram submetidas à égide dos conquistadores europeus. De 1791 a 1824, grande parte dessas colônias engendrou movimentos emancipatórios com o fim de libertar-se do jugo europeu (BETHELL, 1997). No século XIX, ocorreram na região cerca de 42 confrontos, dos quais somente sete se deram entre países latinos. Dos 42 embates mencionados, 35 guardam estreita relação com as intenções imperialistas do governo norte-americano e com as intenções intervencionistas e ditatoriais dos países europeus (MITRE, 2010).

Segundo Mitre (2010), os embates que levaram a América Latina às armas podem ser considerados como guerras limitadas, à exceção da Guerra da Tríplice Aliança, envolvendo o Paraguai, o Brasil, a Argentina e o Uruguai; da Guerra do Pacífico, entre a Bolívia e o Chile; e da Guerra do Chaco, que contrapôs o Paraguai e a Bolívia. As guerras reputadas como limitadas se caracterizam por ocorrerem em regiões ermas e serem motivadas essencialmente por questões econômicas, além de não movimentarem contingentes significativos de tropas militares e de serem ignoradas pela população.

No decurso dos séculos XIX e XX verificam-se a ocorrência de 12 conflitos entre os países latino-americanos. Desses desentendimentos entre *hermanos*, sete tiveram lugar no século XIX e cinco no século XX; sendo que desses embates somente três são reputados pelos pesquisadores e especialistas como grandes guerras ou, na conceituação de Daudet (1918), “Guerras Totais”. Estas se caracterizam pelo intenso recrudescimento das perdas humanas nos campos de batalha; pela dimensão geográfica atingida diretamente pelos conflitos, com a consequente invasão e conquista de fronteiras inimigas e a morte de civis; o recrutamento de contingente considerável da população civil, tanto nas atividades de apoio logístico quanto na participação direta na guerra, dentre outras estratégias de cunho ideológico que visam à satanização e à construção de estereótipos negativos acerca dos adversários (CENTENO, 2002, p. 121).

---

<sup>3</sup> A América Latina é a região que mais recorre à Corte de Haia para solucionar disputas acarretadas por demarcações de território, notadamente havidas em períodos pós-guerra. Cf.: CHARLEAUX, João Paulo. 12 disputas de fronteira na América Latina. In *NEXOJORNAL*. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/06/06/12-disputas-de-fronteira-na-Am%C3%A9rica-Latina>. Acesso em 20 jan. 2017.

De acordo com Guiomar (2004), a primeira menção à Guerra Total – nos moldes aqui apresentados – foi feita por Leon Daudet no livro *La Guerre Totale*, publicado em 1918. Outros autores, como Sven Lundquist (2002), por exemplo, chancelam a afirmação de Guiomar; aceitando Leon Daudet como o criador do conceito de Guerra Total. Segundo Lundquist, a inspiração para o conceito foi o livro *Les Guerres d'Enfer*, do escritor francês Alphonse Séché (1876-1964). O romance em questão finaliza apresentando as guerras, especialmente as modernas, como instrumentos de extermínio. É nesse contexto apocalíptico que o conceito de Guerra Total foi gestado (DUARTE, 1981).

É necessário destacar o fato de que os esforços envidados no sentido de conceituar o fenômeno de Guerra Total não atingiram ainda plena unanimidade, isto é, as concepções e noções são muito fluidas e insuficientes em suas tentativas de explicar a dinâmica existente numa guerra total, deixando assim o conceito fragilizado. Todavia, a conceituação apresentada nos parágrafos acima é a que mais se aproxima da realidade da guerra, especificamente as havidas na América Latina. Contudo, as guerras que são denominadas de totais não são privilégio da América Latina e nem nasceram em suas fronteiras. A primeira guerra total de que se tem notícia foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), inaugurando um período de conflitos avassaladores em que a tônica era a completa destruição do inimigo. Hobsbawm (1995) explica em que aspectos os conflitos havidos até 1914 não se caracterizavam como guerras totais. Para ele, os embates que ocorreram antes de 1914 se notabilizavam pela pouca duração; pela baixa perda do contingente humano envolvido direta e indiretamente nos conflitos; além do fato de não existir, segundo o autor, a ocupação de território e de ser muito rara a participação de nações aliadas. Com a primeira grande guerra, esses fatores se manifestaram conjuntamente.

A Primeira Guerra Mundial contabilizou perdas nunca vistas em conflitos bélico-militares. O desenvolvimento de armas com alto poder destrutivo e a guerra de trincheiras – em que os soldados foram submetidos a condições extenuantes do ponto de vista físico e psicológico, caracterizam esse embate; deixando cravado na memória coletiva dos povos o caráter de Grande Guerra que lhe é constantemente atribuído. Inegavelmente, foi um evento de proporções drásticas e de matança desenfreada, posto que além de não conseguir resolver as inúmeras pendências existentes na região, cimentou as bases para a eclosão de uma direita extremamente radical e, conseqüentemente, a continuação do conflito (HOBSBAWM, 1995).

No entanto, alguns autores discordam de Daudet (1918), Hobsbawm (1995) e Luddendorff (1941) no que tange às origens da Guerra Total. Dentre eles figura o historiador David Bell, que não concorda com a tese defendida por esses três autores – dentre outros – de

que o século XX teria sido o século em que as guerras totais, ou mundiais, tiveram sua formação. Para Bell (2012), o fenômeno se origina em tempos muito mais remotos, em que ainda era comum as contendas terem em seus cenários aparatos bélicos de pouco alcance e poder destrutivo (se comparados com os atuais), tais como canhões, mosquetes e barcos movidos a vela.

Situando sua argumentação na Europa de Napoleão, o autor assevera que foi nesse período que foram gestadas as contemporâneas noções de guerra e paz no ocidente. Bell (2012) descreve o continente europeu – entre 1792 e 1815 – como composto por nações à beira do colapso. Para deixar mais claro seu ponto de vista, destaca o fato de a França ter tido uma perda considerável – quase um milhão de óbitos – de seu contingente populacional por ocasião de conflitos. Os embates havidos nessa época transformaram os territórios em que os conflitos se deram, bem como foram responsáveis pelas mudanças político-estruturais em cada um dos países europeus. As alterações que ocorreram nesse período repercutem até os dias atuais, compondo um cenário de inter-relações sócio-históricas imbricadas e interdependentes, cenário cuja análise auxilia no complicado exercício de compreensão das condutas beligerantes em todo o Ocidente (CREVELD, 1991).

Em que pesem os pormenores que envolvem a origem e a natureza dos conflitos tratados como guerras totais, o fato é que tais embates se caracterizam pela crueza dos métodos adotados no que diz respeito à aniquilação dos inimigos, destruindo não só corpos físicos, mas corpos sociais, culturais e econômicos. A guerra, sob essa perspectiva, demonstra o quão distante a civilização atual ainda se encontra de sua qualidade mais cara: a humanidade.

## **2. Terra Vermelha... de Sangue Latino**

Dos conflitos havidos entre países latino-americanos somente três deles podem ser considerados como guerras totais: a Guerra da Tríplice Aliança, a Guerra do Pacífico e a Guerra do Chaco. Dentre esses embates, a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), conhecida como A Grande Guerra no Paraguai, que teve como protagonistas o Brasil, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai, é considerada por diversos pesquisadores – das mais diversas áreas do conhecimento – a mais sanguinolenta e avassaladora, tendo como corolário o devassamento quase total do contingente populacional masculino do Paraguai, bem como a destruição de grande parte da cultura material do país.

No tocante ao contexto mundial em que a Guerra da Tríplice Aliança estava inserida, Doratioto (2002) informa que de 1740 a 1974, “[...] o planeta teve 13 bilhões de habitantes e

assistiu a 366 guerras de grande dimensão, ao custo de 85 milhões de mortos. O resultado dessas guerras parece ter sido um prêmio à agressão, pois em dois terços delas o agressor saiu-se vencedor”. Grande parte desses conflitos, 67% para ser exato, não duraram mais do que quatro anos, assevera o historiador. Nessa conjuntura, a Guerra com o Paraguai se insere nos outros 33%, isto é, do lado da minoria “pois o agressor, o lado paraguaio, foi derrotado, e a luta se estendeu por cinco anos. Foi o conflito externo de maior repercussão para os países envolvidos, quer quanto à mobilização e perda de homens, quer quanto aos aspectos políticos e financeiros” (DORATIOTO, 2002, p. 17).

Segundo Doratioto (2002, p. 93), as guerras dependem sempre dos anseios e ambições dos que nela se envolvem, não existindo nesses contextos “bandidos” ou “mocinhos”, mas tão somente “interesses” – nem sempre facilmente perceptíveis. No caso do conflito entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, o interesse que motivava Solano López era alavancar seu país como potência regional, almejando ter acesso ao mar através do porto de Montevideu – contando, para isso, com os auspícios dos blancos<sup>4</sup> uruguaios e os federalistas argentinos.

Por seu turno, os interesses de Bartolomeu Mitre levavam-no a conceber a guerra como uma oportunidade única de consolidar o Estado argentino. Para tanto, pretendia minar os apoios dos blancos (partido político aliado do governo paraguaio) e de Solano López que chegavam aos federalistas. Os blancos, por sua vez, almejavam o auxílio militar oriundo do Paraguai para vencer suas disputas com os argentinos e brasileiros, buscando, com isso, impedir que o Uruguai continuasse a sofrer ingerências por parte de seus dois vizinhos. O império brasileiro, por sua vez, não desejava nem tampouco esperava a guerra, mas depois de seu início calculou que seria rapidamente vencida pelo Brasil, pondo fim à disputa que envolvia as fronteiras entre os dois países e as ameaças à livre navegação, permitindo também depor Solano López (DORATIOTO, 2002, p. 93-97).

Em 1864, o Brasil estava envolvido num conflito armado no Uruguai, que pôs fim à guerra civil uruguaia ao depor o governo uruguaio do ditador Atanasio Aguirre, do Partido Blanco e aliado de Francisco Solano López. O ditador paraguaio se opôs à invasão brasileira do Uruguai, porque contrariava seus interesses (DORATIOTO, 2002).

O embate entre Brasil e Paraguai teve início com o aprisionamento da embarcação que trasladava para Cuiabá o então presidente da província de Mato Grosso Frederico Carneiro

---

<sup>4</sup> O Partido Blanco, também conhecido por Partido Nacional, é um partido político uruguaio de inspiração e viés conservador. Este partido mantém estreitas relações com o interior e com a cadeia de produção primária. Atualmente é considerado mais de centro-direita no que tange aos aspectos ideológicos. Cf.: BREZZO, Liliana M. La Historia y los Historiadores. In: TELESCA, Ignacio (Org.). *Historia del Paraguay*. Assunção: Taurus, 2010.

de Campos. Após esse episódio, Solano Lopez foi mais longe: direcionou seus exércitos à região sul do Brasil, invadindo a província de Mato Grosso. De acordo com a historiografia, essa incursão foi um erro de estratégia do ditador paraguaio. A verdade é que Lopez não visualizava uma eventual aliança entre brasileiros e argentinos, já que acreditava contar com a ajuda do general argentino – contrário ao governo de Mitre – Justo José de Urquiza. Vendo maiores vantagens em apoiar a Tríplice Aliança, o general Urquiza atrapalhou os planos de conquista de Solano Lopez (MAESTRI, 2008).

Mas as intenções belicosas de Solano Lopez não surgiram por conta da ingerência do Brasil no Uruguai, muito antes ele já se preparava para enfrentar as nações vizinhas, especialmente a Argentina de Mitre. Seu objetivo expansionista pretendia construir o Grande Paraguai, transformando seu país em um império. Para tanto, almejava tomar de assalto as regiões de Corrientes e Entre Rios, pertencentes e localizadas em território argentino. Sonhava também anexar o Uruguai, o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso ao Paraguai (DORATIOTO, 2002).

Em 1865 Solano Lopez avançou sobre o território argentino. Sua intenção era estratégica: a partir de bases na Argentina, pretendia realizar incursões ao território brasileiro, seu objetivo era tomar o Rio Grande do Sul. Os planos de conquista do presidente paraguaio foram frustrados pelos governos do Brasil, da Argentina e do Uruguai que, diante das constantes investidas do exército paraguaio em seus domínios, uniram forças e constituíram a Tríplice Aliança (CHIAVENATTO, 1979a; DORATIOTO, 2002; BREZZO, 2010).

A Tríplice Aliança saiu vitoriosa do conflito contra o Paraguai, subjugando-o após cinco longos anos de embates sangrentos – em que pereceram milhões de vidas humanas. Para se ter uma ideia do contingente de soldados envolvidos na guerra, só o Brasil enviou 150 mil homens aos campos de batalha, sendo que destes apenas 100 mil voltaram ao país. As mortes relacionadas ao período de ocorrência da Grande Guerra podem ter tido um número muito maior caso se contabilizem os civis assassinados quando das incursões do exército paraguaio às províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. Contudo, não foi somente o Brasil que teve baixas consideráveis em suas tropas: a Argentina e o Uruguai tiveram suas perdas, tendo mais de 50% de seus exércitos dizimados durante o conflito (CHIAVENATTO, 1979a; DORATIOTO, 2002; CAPDEVILA, 2007).

Quanto ao país derrotado pela Tríplice Aliança, os números são também assustadores. Calcula-se que mais de 300 mil paraguaios tenham sucumbido por conta da guerra, sendo a população masculina a mais atingida. Os números relativos às perdas humanas não são unânimes, assim, tem-se uma variação considerável do cômputo de mortos. Em verdade, o

quantitativo populacional no Paraguai antes do conflito sempre sofreu acréscimos em seus números reais. Em uma estimativa mais recente, a população naquele país nos idos de 1964 somava cerca de 420 mil a 450 mil habitantes<sup>5</sup> (POTTHAST-JUKTEIT; WHIGHAM, 1999). As mortes se deram em decorrência das pelejas em campos de batalha, mas também devido às diversas epidemias que – sem o devido controle e atenção – difundiram-se por todo o território paraguaio no decurso do conflito.

Para o Paraguai, a guerra deixou sequelas de toda sorte, desde as econômicas até as socioculturais. Tornou-se um dos países com mais baixo índice de desenvolvimento na América Latina, perdeu para o Brasil e para a Argentina aproximadamente 40% do seu território, além de ter sido condenado a pagar pesadas indenizações de guerra aos vencedores – não pagas em sua totalidade por conta da falta de recursos (CHIAVENATTO, 1979a; DORATIOTO, 2002; CAPDEVILA, 2007).

A guerra, diante de toda a devastação que causou, tanto do ponto de vista material quanto do imaterial, trouxe àqueles que ficaram responsáveis pela reestruturação do país a necessidade de construir uma identidade nacional pós-guerra. Assim, forjou-se uma história oficial que tinha por objetivo definir uma identidade nacionalista e heroica baseada na resistência e no isolamento (LANGA PIZARRO, 2006).

Nesse projeto de construção identitária no Paraguai pós-guerra, um instrumento político-ideológico se sobressai: o periodismo. De acordo com Whighan (2009), o povo paraguaio sempre foi nacionalista e não foi a Guerra da Tríplice Aliança que gestou esse sentimento. Para ele, esse nacionalismo se originou por conta da política de isolamento imposta pelo governo de Francia, de 1814 a 1840, dado que este cerrou as portas do país – proibindo a entrada e saída de nacionais e estrangeiros – no período em que governou o Paraguai; situação que só teve fim com a sua morte em 1840.

A respeito dessa construção identitária, em trabalho anterior (NASCIMENTO, 2016, p. 407) formulamos as seguintes questões: como se deu esse processo de valorização da identidade nacional no Paraguai no Pós-Guerra? Quais foram os instrumentos histórico-ideológicos elaborados e acionados para levar a cabo o projeto de construção de uma

---

<sup>5</sup> Em 2002 Vera Reber contestou o artigo escrito por Whigham e Potthast em 1999. Para ela, os dados relativos ao censo de 1870 estariam incompletos; portanto, toda e qualquer conclusão advinda deles não corresponderia à verdade. Ainda em 2002, Whigham e Potthast respondem às críticas de Reber a respeito da confiabilidade dos dados por eles apresentados. O problema é que a dúvida já havia sido lançada. Nesse mar de incertezas entre especialistas, é forçoso reconhecer a falibilidade das interpretações dos dados coletados por muitos pesquisadores do tema, o que inviabiliza conclusões categóricas. Sobre a crítica de Reber, veja: REBER, Vera. Comment on “The Paraguayan Rosetta Stone”. *Latin American Research Review*, vol. 37, n. 3, p.129-136, 2002. A réplica de Whigham e Potthast pode ser encontrada em Refining the Numbers: A Response to Reber and Kleinpenning *Latin American Research Review*, vol. 37, n. 3, p. 143-148, 2002.



nacionalidade – e conseqüentemente de uma identidade nacional. Em resposta a essas indagações, nos valem das pesquisas do historiador paraguaio Aníbal Pozzo (2008), que acredita que o exame minucioso dos conteúdos veiculados pelos diversos periódicos que circularam no país nas décadas seguintes ao término da Grande Guerra pode ser revelador quanto a essas questões, apontando o papel relevante dos meios de comunicação impressos na estruturação e expressão das várias representações sociais que tiveram lugar no Paraguai em meados do século XX.

Pozzo (2008), assim como Whighan (2009), localiza a gênese do recrudescimento do sentimento nacionalista paraguaio no período 1902 e 1903, especialmente a peleja político-ideológica – em torno da questão da guerra – ocorrida nos principais periódicos da época entre Cecilio Báez e Juan E. O'Leary. Para eles, o episódio em questão representa o nascimento do incisivo sentimento de nacionalidade que particulariza o povo paraguaio – conforme ratificam pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento que se debruçam sobre o tema.

A contenda entre Báez e O'Leary tinha como foco a guerra e suas conseqüências para o Paraguai, discutiam especificamente os motivos que levaram o país à guerra. O'Leary esposava a proposição de que o país havia participado de uma guerra desproporcional, tendo saído vencedor dela. Acreditava que as causas do conflito eram extrínsecas ao Paraguai, tais como: as astuciosas estratégias do governo brasileiro e a cumplicidade do governo argentino (NASCIMENTO, 2016). O'Leary, por sua vez, intentava reconstruir e incitar o sentimento de nacionalidade do povo paraguaio, há muito esmaecido pelos traumas da Guerra. Para concretizar seu projeto ideológico desenvolveu uma versão histórica assentada em um passado de vitórias e realizações em que o povo paraguaio vivia de modo feliz e próspero até que a ambição de seus vizinhos o condenou à prostração (BREZZO, 2010; NASCIMENTO, 2016). Na contramão dessa visão romanceada figurava Báez, para quem os governos tirânicos de Francia e López foram os responsáveis pela guerra, pelo embrutecimento e ignorância do povo, fatos que o transformaram em mero joguete nas mãos dos governantes.

O'Leary saiu vencedor do embate, isso por conta de seu discurso estar mais afinado com as expectativas da população paraguaia à época. O teor de seus argumentos visava à defesa da justificativa de que a derrota no conflito se deu devido ao fato de o Paraguai ter sido envolvido numa guerra injusta, tendo por antagonistas nações com contingentes populacionais com maior expressividade numérica e maior poder econômico (BREZZO, 2010). Aceitar os

argumentos de O’Leary<sup>6</sup>, de que o Paraguai teria sido vítima de seus vizinhos gananciosos e imperialistas, era bem mais aceitável do que encarar “[...] o fato de que haviam lutado em uma guerra que não fazia sentido, e que poderia ter sido evitada, poupando o país e sua população da derrota, da morte e da pobreza.” (NASCIMENTO, 2014, p. 133).

## 2.1. O Brasil e o Pós-Guerra

A Guerra para o Brasil não foi vantajosa – à época já consolidado como Estado-Império e com preponderância territorial aproximada em 8 milhões de km<sup>2</sup>, contendo um contingente de 11 milhões de habitantes –, dado que só garantiu “[...] a abertura do Rio Paraguai à navegação, necessária ao abastecimento e à defesa da Província de Mato Grosso, e a anexação da área litigiosa entre o Rio Ugureí e a serra de Maracaju, rica em ervaçais, mas sem imediatos efeitos econômicos.” (BANDEIRA, 1998, p. 2).

Soma-se aos danos provocados pela Guerra à economia do império brasileiro o solapamento do então bem-sucedido sistema bancário do país, reputado à época como um dos mais avançados e autossuficientes da América Latina – graças à atuação e visão empresarial do industrial e banqueiro Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá<sup>7</sup>. Diante desse quadro econômico desfavorável, uma dúvida se impõe quanto ao espólio de guerra devido ao Brasil pelo Paraguai. O Paraguai, como observa Caldeira (1995), derrotado e economicamente devastado, não apresentava condições de quitar sua dívida de guerra com Brasil, da mesma forma que com os demais países da Tríplice Aliança.

Doratioto (2002) informa que, sabedor das limitações econômicas do recém-derrotado Estado paraguaio, o governo brasileiro orçou – por meio de uma comissão do Ministério da Fazenda – em 460.718 contos de réis o valor a ser restituído ao país por conta dos gastos havidos com a Guerra. O autor chama a atenção para o caráter simbólico dessa indenização, dado o fato de o Tesouro Nacional estimar o custo correto da guerra para o Brasil em 614 mil contos de réis. Não se esperava mesmo que o Paraguai pudesse quitar seus débitos de guerra, mas então, por que estipular valores – ainda que simbólicos – a serem restituídos? Segundo

---

<sup>6</sup> Até hoje reverbera no cenário sociocultural e político paraguaio a tese de O’Leary, em que o Paraguai figura como vítima de seus vizinhos. Isso fica patente no teor da declaração do político paraguaio, senador Luis Alberto Wagner, em torno da polêmica do "Canhão Cristiano", confiscado pelo Brasil durante a Guerra da Tríplice Aliança e que se encontra no Museu Histórico do Rio de Janeiro, que declarou em 2015 que "O Paraguai pede que o Brasil devolva o canhão como ressarcimento por uma guerra absurda, injusta e fratricida", disse à Agência Efe. Para mais informações sobre a tese de O’Leary, veja: O’LEARY, J. E. *Historia de la Guerra de la Tripe Alianza*. Assuncion: Caros Schauman Editor, 1992.

<sup>7</sup> Veja também: MARINGINE, Gilberto. *Barão de Mauá: o empreendedor*. São Paulo: AORI, 2007.

Doratioto (2002), tratava-se de uma estratégia para desestimular tentativas de anexação do território paraguaio por parte da Argentina.

### 3. As relações Brasil e Paraguai e as heranças da guerra

O Paraguai possui a quarta maior fronteira terrestre com o Brasil, mantendo com estas relações bilaterais importantes. Essas relações são intrincadas e multifacetadas, marcadas por intenso comércio, tanto legal quanto ilegal; pela economia de reexportação, que tem no turismo de compras lugar de destaque; por trocas e hibridizações socioculturais; por conflitos no campo das relações internacionais; por querelas simbólicas no tocante à identidade étnica e nacional, dentre tantas outras (CARDIN, 2010; BANDUCCI JÚNIOR, 2011; NASCIMENTO, 2012; BALLER, 2014).

Após a Grande Guerra, as relações diplomáticas e políticas entre Brasil e Paraguai, foram matizadas, até a década de 1940, por reiteradas remarcações dos limites fronteiriços e negociações, baseadas nos termos da paz de 1872. Essa situação perdura até a visita do então presidente Getúlio Vargas ao Paraguai. A iniciativa tinha caráter histórico importante, dado que foi a primeira vez que um Chefe de Estado brasileiro visitava o Paraguai. A partir de então, Getúlio Vargas inicia um processo diplomático objetivando consolidar a paz entre os dois antigos contendores: perdoa as dívidas de guerra e começa a devolver documentos e troféus auferidos do confronto. A inauguração da Ponte da Amizade em 1965 e o Tratado de Itaipu em 1973 – que fundamenta a edificação da hidrelétrica binacional – consubstanciam a paz entre os dois países. Em 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, subscrevem o Tratado de Assunção, fundando o Mercado Comum do Sul - Mercosul com a intenção de assentar novas margens nas relações sociopolíticas entre os países do Cone Sul (DORATIOTO, 2011).

Uma questão ainda bastante espinhosa nas relações de Brasil e Paraguai é o processo de devolução de troféus de guerra. Iniciado por Getúlio Vargas, o processo de devolução de documentos de caráter histórico e de troféus tomados ao Paraguai durante e após a Guerra da Tríplice Aliança constitui ainda matéria delicada ao povo paraguaio. Na década de 1980, alguns troféus<sup>8</sup> chegaram a ser devolvidos ao governo paraguaio, dentre eles a espada que Francisco Solano Lopez tinha em suas mãos quando de sua morte em batalha. Atualmente, o canhão *El Cristiano*, fundido em 1867, é o último troféu de guerra a ser reclamado pelo

---

<sup>8</sup> Os “troféus” de guerra fazem referência a vários bens de natureza pública e privada que foram apropriados pelas tropas brasileiras no decurso do confronto. Sobre o tema, veja: BREZZO, Liliana M. 2014. *La devolución de los trofeos de guerra*. Asunción, El Lector; ABC Color, 94 p. (Colección 150 Años de la Guerra Grande).

Paraguai. Este canhão foi tombado como patrimônio histórico brasileiro e encontra-se no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro (CENTURIÓN, 2010).

O Cristão, como se denomina em português o *El Cristiano*, tem seu nome tributário a sua origem vinculada às igrejas paraguaias. Diante do conflito, e com poucos recursos para custear a Guerra, os sinos de bronze das igrejas foram retirados, derretidos e posteriormente utilizados na construção de canhões, dentre eles o *El Cristiano*, que pesa doze toneladas (BREZZO, 2014). A questão não foi resolvida até os dias de hoje, tendo o assunto não atingido um nível de discussão que justifique um debate mais acurado por parte das autoridades brasileiras (CENTURIÓN, 2010).

No tocante às autoridades paraguaias, a querela continua. Em 2013 o então presidente do Paraguai Frederico Franco exigiu do governo brasileiro a devolução do canhão e de outros documentos: “Venho hoje ao altar da pátria para reivindicar e exigir a devolução do canhão cristão e o arquivo secreto da Tríplice Aliança que está na República do Brasil”, disse Franco em uma cerimônia em homenagem aos soldados paraguaios, que são vistos como heróis nacionais pela população. Conforme o discurso do presidente, o canhão *El Cristiano* pertence ao seu país, e possui valor histórico: “Não haverá paz nem dos soldados nem na sociedade paraguaia enquanto não for recuperado o canhão cristão feito dos sinos de igrejas para destruir o encouraçado Rio de Janeiro”, enfatiza o líder paraguaio, fazendo menção à embarcação da Marinha brasileira que foi atingida pelas balas do canhão. À época, o Ministério da Cultura sinalizou que providenciaria a devolução do artefato, mas sem data prevista<sup>9</sup>.

Disputas à parte, o conflito armado legou ao Brasil uma forte presença de mão de obra trabalhadora e influência da cultura paraguaia sobretudo nos estados limítrofes com aquele país. Com o término do conflito e suas desastrosas consequências para a economia e o povo paraguaios, um contingente expressivo de sua população teve que migrar para os países vizinhos, em busca de oportunidades de trabalho e de recomeço de vida. Nesse processo, no que diz respeito ao Brasil, a migração paraguaia influenciou – e influencia – de diversas maneiras a vida e a cultura de regiões fronteiriças, inclusive na própria constituição da identidade cultural, como é o caso do estado de Mato Grosso do Sul<sup>10</sup>, que tem forte referência paraguaia em sua gastronomia (chipa; sopa paraguaia); na música e nas danças

---

<sup>9</sup> Cf. SANTOS, Francisco. *Paraguai exige do Brasil devolução do herói paraguaio “el cristiano”* Disponível em: <https://guerraearmas.wordpress.com/tag/rmas-do-brasil/> Acesso em: 22 fev. 2017.

<sup>10</sup> A respeito da influência paraguaia na construção da identidade cultural sul-mato-grossense, veja: BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. *Tradição e ideologia: a construção da identidade em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

(Polca-Rock, guarânia, polca paraguaia, chamamé) e em outros hábitos culturais como o consumo e as rodas de tereré.

### 3.1. Guerra do Pacífico

De 1879 a 1883 a Bolívia envolveu-se, motivada pelo desejo de posse e dominância de parte do deserto do Atacama, em um conflito com o Chile, no qual angariou para consecução de seus objetivos de conquista o auxílio do Peru. Novamente a questão do confronto era território e, nesse caso, as riquezas minerais que este encerrava: o guano e o salitre, resultantes do acúmulo ao longo de milhares de anos graças às características geográficas e ao clima árido preponderante na região. As relações entre as duas nações se acirraram devido ao aumento de taxas sobre a exploração mineral, sob o controle de empresas chilenas de capital britânico (DORATIOTO, 1994; BETHELL, 2001). De inocente disputa comercial, passou-se à crise diplomática e, por fim, à guerra.

À época, existiam inúmeras dissensões a respeito dos limites das fronteiras entre as nações com o término da colonização, tendo os países que se formaram adotado a lógica imperialista, sedenta por novos territórios, do decadente império espanhol. Nessa conjuntura, os bolivianos e os chilenos não tinham um ponto de vista comum no que diz respeito à soberania da região. O Chile detinha entre os países latino-americanos o *status* de economia mais bem estruturada e instituições mais robustas e preparadas. Não obstante, Simón Bolívar quando da proclamação da independência da Bolívia, destacou o fato de a Bolívia ter herdado dos espanhóis uma saída hegemônica para o mar (DORATIOTO, 1994; BETHELL, 2001).

Em 1866 Chile e Bolívia subscreveram um tratado em que se estabeleciam limites territoriais. O tratado em questão deveu-se a insistência do Chile em reclamar direitos territoriais que se estendiam até o paralelo 23°S – região que se acreditava à época rica em salitre. Assim, o paralelo 25°S foi estipulado como fronteira e os impostos alfandegários sobre os recursos localizados entre os paralelos 23 e 24 seriam divididos igualmente pelos dois países. No entanto, em 1874, outro ajuste foi estabelecido entre as duas nações: o Chile cederia à Bolívia a totalidade dos impostos auferidos sobre os produtos dos paralelos mencionados; em contrapartida as companhias chilenas teriam taxas fixas por 25 anos a partir da assinatura do acordo. Como resultado da manobra, houve uma rápida expansão das companhias chilenas e monopolização do controle da indústria mineira. Essa situação despertou na Bolívia o receio de perder seu território (URRUTIA, 2008).

Diante dessa possibilidade nada alentadora, o presidente boliviano Hilarión Daza

decretou, em 1878, um aumento sobre as tarifas alfandegárias pagas pelas companhias chilenas que atuavam junto ao litoral boliviano. O aumento em questão era retroativo ao ano de 1874, o que contrariava os ajustes acordados entre Bolívia e Chile no respectivo ano. A situação tornou-se realmente crítica quando a empresa Antofagasta *Nitrate & Railway Company*<sup>11</sup> se negou a realizar o pagamento adicional ao que havia sido combinado, atitude que levou o governo boliviano a ameaçar de confisco as propriedades da empresa, de capital anglo-chileno e a única em operação na região. A resposta do Chile foi categórica: enviou, em dezembro de 1878, o navio de guerra *El Pelikan* para o local. Diante do fato, a Bolívia anunciou a apreensão dos bens da empresa, marcando o leilão para 14 de fevereiro de 1879. No entanto, no dia marcado para a realização do leilão, aproximadamente 200 soldados chilenos atacaram e tomaram de assalto a cidade portuária de Antofagasta, sem resistência (URRUTIA, 2008).

Conflito instaurado, a Bolívia declarou – em 1 de março de 1879 – guerra ao Chile, conjurando, para tanto, um pacto obscuro e até então desconhecido que mantinha com o Peru: o Tratado de Defesa de 1873. O Peru, por sua vez, demonstrava claras intenções de cumprir com o acordado nos termos do Tratado, posto que também se sentia inseguro em relação ao Chile e ao franco expansionismo que este realizava. Todavia, desconfiava não ser capaz, nem seu aliado, de fazer frente ao exército chileno; preferindo, assim, um ajuste pacífico à guerra (URRUTIA, 2008).

Para pôr em prática suas intenções, o governo peruano enviou um diplomata para intermediar uma possível resolução pacífica para o desentendimento; mas para viabilizar a negociação o Chile exigiu do governo peruano total neutralidade, coisa impossível a este último devido à aliança estabelecida anteriormente com a Bolívia. Em face das impossibilidades de negociação, o Chile rompeu suas relações diplomáticas com os aliados, declarando-lhes guerra em 5 de abril de 1879. Desse modo, o Peru se envolveu no conflito por conta do compromisso assumido anteriormente com a Bolívia. As forças aliadas ainda tentaram cooptar a Argentina para colaborar no entrevero, dado que esta mantinha com o Chile uma intensa disputa pelo controle da Patagônia, entretanto o governo argentino preferiu tentar a resolução do problema por meio da diplomacia (SANTOS, 2002; URRUTIA, 2008).

Barros (1970) informa que em 1879, nos dois primeiros meses de confronto, as tropas

---

<sup>11</sup> A Antofagasta *Nitrate & Railway Company* – de capital anglo-chileno – era uma das empresas de mineração mais importante no Chile à época e a única em operação na região. Em 1873 graças a um acordo entre o governo boliviano e a ANRC, esta foi autorizada a realizar a exploração do salitre naquele território. O acordo entre os signatários deixava a Antofagasta *Nitrate & Railway Company* isenta do pagamento de impostos, pelo período de quinze anos, na região compreendida desde a baía de Antofagasta até as salinas, incluindo o *Salar del Carmen* (URRUTIA, 2008).

chilenas dominaram e assumiram o controle da província boliviana do Atacama. No término do mesmo ano de 1879, a esquadra chilena obteve êxito em subjugar a peruana, o que facultou ao Chile a supremacia marítima da região disputada; permitindo-lhe avançar com suas tropas por terra rumo às capitais boliviana e peruana. Dentre as batalhas que ocorreram durante o conflito, a batalha de Tacna e Arica, em meados de 1880, configurou-se como um dos mais sangrentos confrontos armados da contenda, chegando a mobilizar contingentes militares de mais de 28 mil homens e registrando a perda aproximada de mais de 12 mil vidas (BARROS, 1970; BETHELL, 2001).

De acordo com Foster e Clark (2004), as dissensões entre os dois países contendores tiveram origem no decurso do decênio de 1840, quando da descoberta – feita pelo cientista francês Alexandre Cochet –, de que tanto o guano quanto o nitrato dele extraído, constituíam importantes ingredientes no fabrico de explosivos e na composição de fertilizantes agrícolas:

Then in 1853 a process was discovered for efficiently mining the nitrate fields in the Tarapacá desert province of Peru, and soon afterwards rich deposits were also found in the adjacent Bolivian province of Atacama. By the 1860s these nitrate fields had become even more important as a source of fertilizer than guano, the availability of which had begun to diminish. Nitrates were in high demand not only for fertilizers, but also for the recently invented TNT and other explosives, crucial to the expanding war industries of the industrial capitalist states (FOSTER; CLARK, 2004, p. 190)<sup>12</sup>

Com isso, o preço desses minerais ascendeu enormemente, tornando a área onde estes se achavam em abundância objeto de cobiça e disputa incontidas. Por conta dessa riqueza mineral de alto preço, a Espanha se envolveu em confronto com o Peru, invadindo parte de seu território em busca do cobiçado guano. Contudo, não obteve sucesso em sua empreitada. Aliado, à época, ao Chile, o Peru resistiu às invectivas da Espanha, expulsando as tropas invasoras no episódio bélico historicamente denominado de Guerra das ilhas Chincha (1866), (KLEIN, 2002; FOSTER; CLARK, 2004).

Desse conflito entre Bolívia e Chile, este último saiu vitorioso, apoderando-se da região em litígio – pródiga em nitrato – e obrigando a um país que lhe era antagônico, a renunciar de sua estratégica rota de saída para o Pacífico, deixando-a assim sem acesso ao

---

<sup>12</sup> Então, em 1853, um procedimento foi descoberto para a mineração eficiente dos campos de nitrato no deserto de Tarapacá, província do Peru, e logo depois foram encontrados ricos depósitos na província de Atacama, na Bolívia. Na década de 1860, esses campos de nitrato tornaram-se ainda mais importantes como fonte de fertilizantes do que o guano, cuja disponibilidade começou a declinar. Os nitratos estavam em alta demanda não apenas para o uso como fertilizantes, mas também para o recém-inventado TNT e outros explosivos, cruciais para a expansão das indústrias de guerra dos estados capitalistas industriais (FOSTER; CLARK, 2004, p. 190). [Tradução nossa]

mar. Quanto ao Peru, este disputou com o Chile os limites fronteiriços da região em questão até 1929 quando, cansados do embate, resolveram finalizá-lo; assinando um acordo onde a localização das fronteiras atendia as reivindicações e anseios econômicos de ambos os países (DORATIOTO, 1994; KLEIN, 2002).

Com a vitória, o Chile ampliou sua extensão territorial em 1/3, assumindo o controle político e anexando às suas terras porções territoriais (abundantes em nitrato) consideráveis dos contendores derrotados. A Bolívia teve de ceder 125.000 km<sup>2</sup> de sua costa do pacífico, convertendo-se desse modo em um país mediterrâneo; o Peru, por sua vez, teve confiscadas suas províncias situadas na costa sul do país, recuando, assim, do paralelo 21° para o 18° (DORATIOTO, 1994).

Santos (2002) analisa que a incorporação dos territórios conquistados dos países vencidos no conflito propiciou ao Chile um incremento considerável ao seu desenvolvimento econômico, levando-o a ser reputado como potência regional e, com isso, influenciando no equilíbrio de poder sociopolítico do continente. Assim, mais um conflito que ceifou milhares de vidas, transformou o quadro político, geográfico, econômico e diplomático na América do Sul.

Ainda que o conflito tenha se encerrado, suas consequências podem ser percebidas até os dias atuais, deixando o Chile em estado de constante alerta, notadamente no que diz respeito à sua soberania. O governo boliviano, em 24 de abril de 2013, levou o Chile à Corte Internacional de Justiça, em Haia<sup>13</sup>, representando-o acerca do dever do governo chileno de “negociar” o acesso soberano da Bolívia ao Oceano Pacífico. A posição do governo de Michelle Bachelet é representada pelas declarações do ministro de Relações Exteriores chileno, Heraldo Muñoz, que em abril de 2014 reforçou a impossibilidade de que o Chile entregue uma saída soberana ao mar para a Bolívia. De acordo com o ministro, as portas para esta negociação “estão fechadas para sempre” (FERRER, 2014).

---

<sup>13</sup> As demandas dos países latinos junto à Corte de Haia têm se limitado às questões de fronteiras e seus limites, não há solicitações a respeito de pagamentos referentes a dívidas por conta dos conflitos havidos na região. A propósito da questão dos pagamentos das indenizações de guerra, é importante aduzir que aos países credores é vedada, pelo Direito Internacional, a cobrança pelo uso da força. Isso se deve à Doutrina Drago, criada em 1902 pelo Ministro das Relações Exteriores da Argentina Luís María Drago. A doutrina assevera basicamente “[...] o repúdio ao emprego da força por um Estado credor contra o Estado que lhe deve reparações pecuniárias motivadas por empréstimos externos ou danos provenientes de guerra. Sua doutrina inspirou-se na tentativa de intimidação contra a Venezuela, em dezembro de 1902, levada a efeito por três potências europeias que eram credoras desse Estado sul-americano: Alemanha, Inglaterra e Itália. Drago reconhecia que as dívidas externas devem ser pagas; negava, contudo, o emprego da coerção pelos Estados credores.” Cf.: ACCIOLY, Hildebrando, *Manual de Direito Internacional Público*, São Paulo, Saraiva, 11ª ed., 1980, p. 46-48.



### 3.2. A Guerra do Chaco: Território em Disputa

Logo após o término do conflito da Grande Guerra, o Paraguai enfrentou um outro entrevero bélico – dessa vez com a Bolívia –, denominado de Guerra do Chaco (1932-1935). Este se deu em razão de interesses pela posse da região conhecida como Chaco, uma enorme pradaria situada na Bacia do Prata, localizada no coração da América do Sul. Por conta de sua enorme extensão, convencionou-se dividi-la em três regiões: Chaco Boreal, Chaco Central e Chaco Austral (CHIAVENATO, 1979b; DORATIOTO, 2002; MESA; MESA; GISBERT, 2008).

Os motivos do conflito foram a possível existência de petróleo na região, expectativa alimentada tanto por paraguaios quanto por bolivianos, e a estratégica posição geográfica de saída para o oceano tão almejada pela Bolívia. Esses dois fatores contribuíram sobremaneira para o desencadeamento da disputa entre as duas nações pelo domínio do território em questão (MESA; MESA; GISBERT, 2008). A Bolívia sustentava sua demanda pelo território do Chaco tendo por base os limites internacionais reconhecidos em seu favor pelos títulos coloniais mundialmente reputados como verdadeiros e legais. Esses documentos, de origem colonial, traziam em seu texto – e mapas ilustrativos – a informação de que pertenciam à Bolívia todas as terras da outrora Audiência de Charcas<sup>14</sup>. Em que pese à imprecisão de alguns desses documentos, “[...] la soberanía jurídica de Bolivia sobre el chaco fue siempre reconocida en la cartografía internacional del siglo XIX y el XX hasta la guerra.” (MESA; MESA; GISBERT, 2008, p. 453). O Paraguai também se valia de documentação colonial para justificar suas demandas territoriais, sustentando a posse da região do Chaco como pertencente a Assunção. Dentre as obras paraguaias consultadas, o Chaco paraguaio figura nesses textos como região pertencente ao Paraguai desde o início da colonização espanhola (MESA; MESA; GISBERT, 2008).

Essa contenda a respeito do direito sobre o território do Chaco despertou a atenção de pesquisadores como Bejarano (1959), Mesa; Mesa; Gisbert (2008), Souza (2009) e Dalla-Corte (2010); Dalla-Corte e Vázquez Recalde (2011) dentre outros. Em investigações de caráter histórico, pesquisando a fundo as expedições que passaram pelo Chaco, notadamente aquelas que tiveram lugar depois da chegada dos espanhóis à América, Bejarano (1959) busca provar que a região pertence ao Paraguai.

---

<sup>14</sup> A Audiência de Charcas, atualmente República de Bolívia, foi – durante os três séculos de existência da colônia – a mais alta e influente autoridade jurídica e administrativa no sul do vice-reinado do Peru. Cf.: MESA; MESA; GISBERT. (2008). *Historia de Bolivia*. 7. Ed. La Paz: Editorial Gisbert y Cia. p. 127.

Examinando a literatura sobre as causas do conflito, o pressuposto de que o evento tenha se desencadeado por conta de litígios oriundos de questões territoriais tende a ser o mais correto. Tal assertiva baseia-se no fato de que as disputas por território e a consequente extensão de fronteiras se constituem em um dos mais relevantes elementos para a configuração dos modernos Estados-nação. Endossa a afirmação o fato de que no período de formação do Estado-nação, no decurso do século XIX, a fronteira geopolítica se revestia de importância estrutural e ideologicamente inalienável, compondo a retórica discursiva engendrada para legitimar as elites dirigentes encarregadas da formação da nação (SOUZA, 2009).

O conflito pelo controle desse território teve início em meados do século XIX, quando o encarregado de negócios da Bolívia em Buenos Aires, Juan de la Cruz Benavente, insurgiu-se contra a realização – em 15 de julho de 1852 – do Tratado de Navegação e Limites. Nesse documento, a Confederação Argentina reconhecia a autoridade do Paraguai em relação ao território que compreendia do rio Paraguai até sua confluência com o Paraná (FARCAU, 1996). Segundo Tufari Recalde (1987), o interesse da Bolívia na região devia-se a necessidade de ter acesso ao Oceano Atlântico via rio Paraguai e, para tanto, precisava ocupar o Chaco paraguaio. Acreditando haver petróleo na cordilheira dos Andes, especificamente na região do Chaco Boreal, as duas nações entraram em conflito pelo território. A Bolívia e o Paraguai eram reconhecidamente – na América do Sul – as nações mais pobres do continente. O Chaco, para o Paraguai, com quase 600.000 km<sup>2</sup>, representava vantagens, bem como as reservas petrolíferas já existentes. A Bolívia, que passava por enormes crises financeiras, decidiu pela invasão do território.

Em 1932, sem prévia concordância do presidente, o exército boliviano invade o Chaco, estabelecendo domínio militar sobre região. Na tentativa de salvaguardar sua ação, o exército boliviano instala às margens do Lago Pitiantuta uma força de resistência para rechaçar a iniludível reação paraguaia. Esta última não tardou, vindo a conseguir a retomada da região usurpada junto ao Lago onde se entrincheiraram os soldados bolivianos. Essa derrota ensejou a criação de uma enorme expedição boliviana que, enviada ao Chaco, expulsa os paraguaios e toma de assalto os fortes de Corrales, Toledo e Boquerón. Diante da situação, o Paraguai declara guerra à Bolívia (ZOOK JÚNIOR, 1962). Cabe ressaltar o fato de a Guerra do Chaco ter sido vista, pela grande maioria dos estudiosos do evento, como que realizada em espaços estritamente livres, isto é, a maioria das análises não leva em conta a existência de populações autóctones da região. Subentende-se o Chaco como um paraíso intocado, tão somente coberto de fauna e flora. Em verdade, a região era habitada por povos

indígenas – que foram incorporados pelo exército paraguaio como espiões, guias e soldados. Como *recompensa* por sua contribuição ao conflito, tiveram suas aldeias transferidas, desorganizadas e por vezes destruídas (RICHARD, 2008).

Os indígenas de origem boliviana, os Aimará, antes do conflito entre Bolívia e Paraguai não haviam participado de entreveros bélicos, nem tampouco compunham o contingente de soldados a serviço do país. Ocorre que a eles não se atribuía cidadania, sendo reputados tão somente como *pongos*<sup>15</sup>. Essa situação começou a mudar com o início das missões alemãs no país, no governo de Hernando Siles (1926-1930). A partir de então, os indígenas começaram a participar ativamente do cotidiano militar boliviano, o que até então se restringia aos cuidados de animais de carga (MICHEL ROMERO, 2011). A incorporação do índio ao exército tinha um objetivo não declarado: o processo civilizatório. Desse modo, o exército desempenharia uma função educativa junto aos indígenas, dado que à época as instituições destinadas a este fim não tinham capacidade para realizá-la a contento. Assim, as forças armadas foram incumbidas dessa tarefa educativa. Todavia, houve intensa resistência a esse projeto, como bem observa Michel Romero (2011), quando afirma que havia muita resistência quanto à incorporação de índios nas fileiras das tropas bolivianas, não somente, explica ele, pela oposição das comunidades autóctones, mas também pela visão de que a incorporação assinalava a perda da mão de obra indígena.

No início do conflito os indígenas não despertavam o interesse do governo de Daniel Salamanca. Somente com as constantes baixas sofridas pelo exército boliviano cogitou-se a participação dos índios no combate. Estes eram, no começo, forçados a se juntarem às forças militares bolivianas; mas com o passar do tempo se voluntariavam como combatentes, chegando mesmo a serem levados aos quartéis pelos seus pais (PÉREZ, 1962). Tal atitude foi atribuída a um certo sentimento de *bolivianidade* que o conflito ensejava; algo como um sentimento de pertença que tomou conta dos indígenas em relação à Bolívia. Nesse contexto, surgem os primeiros heróis de origem indígena, tal como o sargento Valentín Condori (MICHEL ROMERO, 2011).

A atuação do indígena boliviano no conflito foi por diversas vezes enaltecida pelas autoridades militares da época. O general Hans Kundt declarou que os indígenas bolivianos eram incrivelmente habilidosos na arte da guerra, podendo se adaptar a tudo e a todos fazer frente como combatente. Outro militar a tecer elogios ao soldado indígena boliviano foi o

---

<sup>15</sup> Pongo é um termo que possui várias acepções. Em língua quéchua, o vocábulo se refere ao índio que realiza tarefas de criado na Bolívia e no Peru, ou ainda ao indígena que trabalha em uma propriedade como serviçal. Outra acepção, mais comum no Peru, faz referência à passagem estreita e perigosa de um rio. Cf.: SANTILLANA EDUCACION. *Diccionario salamanca espanol para extranjeros*. Editora Santillana, 2006.

Coronel José Felix Estigarribia, quando da retirada do exército paraguaio após o término do conflito. Ao presenciar no campo de batalha os corpos sem vida de vários indígenas bolivianos, disse que a Bolívia não teria bronze suficiente para construir monumentos para soldados daquela estirpe (MICHAEL ROMERO, 2011).

Os índios que habitam o Chaco vivem em situação econômica de extrema fragilidade, o que os leva a ser considerados os mais pobres do país. Por terem sido alijados do acesso à terra enquanto bem de produção e, por conta disso, destituídos do direito de usufruir de sua riqueza, são forçados a se empregar em diversas atividades nas fazendas da região, ou buscar sua sobrevivência nos centros urbanos através da execução de tarefas reputadas como informais. Dedicam-se, ainda, à pesca, à caça de animais silvestres, à coleta de mel e de frutos de floresta. O artesanato é outra de suas fontes de subsistência, aumentando sua renda familiar e contribuindo com a manutenção de sua tradição, religiosidade e identidade étnica (SOARES, 2008).

Conforme as informações de Zook Júnior (1962), após três anos de sangrentos embates ocorreu, precisamente em junho de 1935, a última batalha entre os exércitos dos dois países. 3000 bolivianos sob o comando do coronel Bretel enfrentaram 850 paraguaios que estavam sob as ordens do coronel Rivarola. Do choque entre os beligerantes resultou derrotado, definitivamente, o exército boliviano, já cansado, sem forças e desanimado. Assim, a Bolívia declina de suas intenções quanto ao Chaco e se rende, dando início aos entendimentos que objetivavam a paz. Em 21 de julho de 1938, Bolívia e Paraguai assinam – em Buenos Aires – um acordo de paz que, segundo suas cláusulas, concedia-se ao Paraguai  $\frac{3}{4}$  do Chaco Boreal e à Bolívia  $\frac{1}{4}$ . O acordo encerrou o conflito e deu fim a três anos de uma guerra totalmente inútil para os dois países, inutilidade comprovada por ambos depois da descoberta da inexistência de poços de petróleo na região. Segundo estimativas, 60 mil bolivianos e 30 mil paraguaios perderam suas vidas por conta do conflito.

#### **4. Considerações finais**

As guerras totais inegavelmente transformaram o cenário sociocultural, político e geográfico dos países envolvidos nos conflitos dessa magnitude. Não foi diferente na América Latina. Vidas foram ceifadas, patrimônios históricos destruídos, aspectos da cultura tradicional, tanto material quanto imaterial, foram sumariamente destruídos pela lógica belicista e desumana das guerras.

A Guerra da Tríplice Aliança é exemplo por excelência desses saldos trágicos. Milhares de indivíduos foram levados a combater outros milhares de indivíduos por razões

que, a bem da verdade, poucos compreendiam plenamente. Com o término do confronto vieram as consequências aos países beligerantes. A guerra não só destruiu o Paraguai como nação, eliminando a maior parte de sua população adulta masculina, mas também gerou índices alarmantes de desemprego, devido à total inexistência de estrutura produtiva no país; por conta do longo período de combates. Estes últimos foram responsáveis pela crise financeira que igualmente se instalou nos demais países partícipes do litígio, haja vista os valores estratosféricos dispendidos com a máquina de guerra militar e as dívidas internacionais daí contraídas. Da mesma forma, a guerra contribuiu para a mobilidade da população paraguaia que, em busca de sobrevivência, viu-se obrigada a migrar para os países vencedores do conflito, onde era recebida com desconfiança e discriminação. Esse mesmo movimento humano acabou por influenciar direta e profundamente a cultura de regiões receptoras do migrante paraguaio, como o caso do estado de Mato Grosso do Sul, cuja cultura possui traços marcantes de hábitos e costumes paraguaios.

Os outros conflitos de igual calibre tiveram também como consequência uma série de prejuízos. A Guerra do Pacífico e a Guerra do Chaco frustraram os envolvidos, demonstrando o engano cometido ao se engajarem no confronto buscando expansão territorial e riquezas naturais; e em alguns casos inexistentes. Ambas as guerras trouxeram prejuízos incalculáveis aos países beligerantes; prejuízos que até hoje reverberam no discurso inflamado de políticos nacionalistas, tanto de vencedores quanto de vencidos. Assim, as consequências das guerras totais para a América Latina figuram em diversos cenários, como o político, o econômico e o sociocultural. São países vencedores que nunca receberam o que achavam que lhes era de direito, países vencidos que amargam até hoje a derrota sofrida, exigindo de volta parte da cultura material que lhes foi espoliada; países que disputam em cortes internacionais territórios considerados estratégicos e que, por isso, consideram de direito inalienável. Enfim, países insatisfeitos com o desenrolar dos acontecimentos históricos que a opção pela guerra deixou.

Nesse sentido, a América Latina ainda continua em guerra, mas agora não mais pelo uso da força militar. A arma agora é outra: solicitação às cortes superiores em busca de revogar tratados assinados em períodos de pós-guerra, que à época já lhes pareciam absurdos, mas que agora se lhes apresentam como insustentáveis. Novamente, em todos os casos, o móvel dessas dissensões são as fronteiras, ou melhor, a desejada expansão de limites fronteiriços para os mais diversos fins, desde os de caráter meramente exploratório até os considerados estratégicos, seja do ponto de vista econômico, como o acesso ao mar, seja da perspectiva militar.

## Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata. Da colonização ao Império*, Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A Guerra do Chaco. *Revista brasileira de política internacional*, Brasília, v. 41, n. 1, p. 162-197, 1998.

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. *Turismo e fronteira: integração cultural e tensões identitárias na divisa do Brasil com o Paraguai*. Pasos, v. 9, n. 3, p. 7-18, 2011. Disponível em: [http://www.pasosonline.org/es/articulos/495-turismo\\_e\\_frenteira\\_integracao\\_cultural\\_e\\_tenses\\_identitrias\\_na\\_divisa\\_do\\_brasil\\_com\\_o\\_paraguai](http://www.pasosonline.org/es/articulos/495-turismo_e_frenteira_integracao_cultural_e_tenses_identitrias_na_divisa_do_brasil_com_o_paraguai). Acesso em 20 jan. 2018.

BALLER, Leandro. *FRONTEIRAS E FRONTEIRIÇOS: A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)*. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, Dourados/MS, 2014.

BARROS, Mario. *Historia diplomatica de Chile (1541-1938)*. Barcelona: Ediciones ariel, 1970.

BELL, David A. *A primeira guerra total: [a Europa de Napoleão e o nascimento dos confrontos internacionais como os conhecemos]*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BEJARANO, Ramón César. *Antecedentes de la guerra con Bolivia*. Asunción: Casa Editorial Toledo, 1959.

BETHEL, Leslie Michael. *História da América Latina: A América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 1997.

BETHEL, Leslie Michael. *História da América Latina: da Independência a 1870, volume III*. São Paulo: Edusp, 2001.

BIBLIOTECA VIRTUAL DA AMÉRICA LATINA. *Sobre a América Latina (em português)*, 2017. Disponível em: <http://www.bvmemorial.fapesp.br/php/level.php?lang=pt&component=19&item=3>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRAZIL, Maria do Carmo. O RIO PARAGUAI E A GUERRA: Contribuição para o ensino de história. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313075762\\_ARQUIVO\\_MARIADOCARMOBRASIL\\_TEXTO\\_COMPLETO\\_ST\\_76\\_Versao\\_Agosto\\_2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313075762_ARQUIVO_MARIADOCARMOBRASIL_TEXTO_COMPLETO_ST_76_Versao_Agosto_2011.pdf). Acesso em 13 abr. 2018.

BREZZO, Liliana M. La historia y los historiadores. In: TELESCA, I. (Coord.) *Historia del Paraguay*. Asunción-Paraguay: Taurus, 2010.

CAPDEVILA, Luc. *Une guerre totale, 1864-1870*. Rennes: PUR, 2007.

- CALDEIRA, Jorge. *Mauá, empresário do Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- CARDOZO, Efraím. *Breve historia del Paraguay*. Asunción-Paraguay: El Lector, 1994.
- CENTENO, Miguel Angel. *Blood and debt: war and the Nation-State in Latin America*. United States Of America: The Pennsylvania State University, 2002.
- CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la guerra del Paraguay*. Asunción: El Lector, 2010.
- CERQUEIRA CÉSAR, Gustavo Rojas de.; NETO, Tomaz Espósito.; MACEDO, Gustavo.; BOULOS, Renata. Brasil e Paraguai: questões das relações bilaterais. *Perspectivas do Território*, n. 3, p. 1-18, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/29331646/Brasil\\_e\\_Paraguai\\_quest%C3%B5es\\_das\\_rela%C3%A7%C3%B5es\\_bilaterais](https://www.academia.edu/29331646/Brasil_e_Paraguai_quest%C3%B5es_das_rela%C3%A7%C3%B5es_bilaterais). Acesso em: 26 maio. 2018.
- CHIAVENATO, Júlio José. *A guerra do Chaco*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979a.
- CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979b.
- CREVELD, Martin Van. *The transformation of war*. New York: The Free Press, 1991.
- DALLA-CORTE, Gabriela Caballero. *La Guerra del Chaco: ciudadanía, Estado y Nación en el siglo XX. La crónica fotográfica de Carlos de Sanctis*. Asunción: prohistoria edições, 2010.
- DALLA-CORTE, Gabriela Caballero; VÁZQUEZ RECALDE, Fabricio. *La conquista y ocupación de la frontera del Chaco entre Paraguay y Argentina*. [S.l.]: Edicions Universitat Barcelona, 2011.
- DAUDET, Léon. *La guerre totale*. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1918. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k67250/f266.image.r=>. Acesso em 11 fev. 2018.
- DORIATIOTO, Francisco. *Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- DORIATIOTO, Francisco. *O conflito com o Paraguai. A grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- DORIATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DORIATIOTO, Francisco. *Una relación compleja: Paraguay y Brasil 1889-1954*. Asunción, Paraguay: Tiempo de História, 2011.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

FARCAU, Bruce, W. *The Chaco War: Bolivia and Paraguay, 1932-1935*. Connecticut/USA: Praeger Publishers, 1996. Disponível em: <http://www.therockabillygirlnextdoor.com/the/the-chaco-war-bolivia-and-paraguay-1932-1935.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

FERRER, Isabel. A Bolívia denuncia Chile em Haia em busca de um acesso ao mar [online]. *EL PAÍS Brasil*, Caderno Internacional, 2014. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/15/internacional/1397577253\\_116304.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/15/internacional/1397577253_116304.html). Acesso em 17 jan. 2019.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. Ecological imperialism: the curse of capitalism. *Socialist Register*, 2004, p. 186-201. New York: Monthly Review Press, 2004. Disponível em: <http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5817/2713#.WLXmDDsrK00>. Acesso em 21 fev. 2018.

GUIOMAR, Jean-Yves. *L'invention de la Guerre Totale. XVIII- XX siècle*. Paris: Félin, 2004. Disponível em: <https://klemensraphaelase.firebaseio.com/l-invention-de-la-guerre-totale-xviii-xxe-siecle-2866455665.pdf>. Acesso em 22 jan. 2018.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KLEIN, Herbert S. A Bolívia da Guerra do Pacífico à Guerra do Chaco, 1880-1932, em BETHELL, L. (Org.) *História da América Latina: De 1870 a 1930*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, p. 377-412, 2002.

LANGA PIZARRO, Mar. La guerra de la Triple Alianza en la literatura paraguaya. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1623>. Acesso em: 27 jan. 2019.

LUDENDORFF, Erich. *A Guerra Total*. Rio de Janeiro: Editorial Inquérito, 1941.

LUNDQUIST, Sven. *Historia de los bombardeos*, Madrid: nota 134, 2002.

MAESTRI, Mário. A guerra contra o Paraguai: história e historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos. *Anual del CEL*, Buenos Aires, 2008. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/55579>. Acesso em 17 maio. 2018.

MESA, José de; MESA, Carlos; e GISBERT, Teresa. *Historia de Bolivia*. 7. Ed. La Paz: Editorial Gisbert y Cia, 2008.

MICHEL ROMERO, Pablo. *La Guerra del Chaco: reflexiones de un investigador del siglo XXI* [online], 2011. Disponível em: <http://www.boliviaentusmanos.com/historia/guerradelchaco1.php>. Acessado em: 14 dez. 2018.

MITRE, Antonio. *Ligações perigosas: Estado e guerra na América Latina*. Brasil: Plataforma Democrática, 2010. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Ligacoes%20Perigosas.pdf>. Acessado em 22 jan. 2019.



NASCIMENTO, Valdir Aragão do. “*Yo soy paraguayo, chamigo*”: breve estudo sobre a identidade no Paraguai. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, Dourados, 2012.

NASCIMENTO, Valdir Aragão do. Fronteiriço, brasileiro, paraguaio ou brasiguaiou? Denominações Identitárias na Fronteira Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR). *ILHA – Revista de Antropologia*. v. 16, n. 1, p. 105-137, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2014v16n1p105>. Acesso em 21 jan. 2019.

NASCIMENTO, Valdir Aragão do. O periodismo e a construção da identidade nacional paraguaia no decurso e no pós-guerra da tríplice aliança (1864-1870). *Fronteiras: Revista de História*. v. 18 n. 31, p. 393-414, 2016. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5476>. Acesso em 15 fev. 2019.

POTTHAST-JUKTEIT, Bárbara; WHIGHAM, Thomas L. La piedra “Roseta” paraguaya: nuevos conocimientos de causas con la demografía de la guerra de la Triple Alianza, 1964-1970. *Revista Paraguaya de Sociología*, v. 35, n. 103, p. 152. Disponível em: <http://hapi.ucla.edu/journal/detail/450>. Acesso em: 4 fev. 2019.

RICHARD, Nicolas (Comp). *Mala guerra: los indígenas en la guerra del Chaco (1932-1935)*. Asunción-Paraguay: ServiLibro, 2008.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

TUFARI RECALDE, Pablo E. *La Guerra del Chaco. Antecedentes históricos y conducción político-estratégica del conflicto*. Asunción, Paraguay: Dirección de Publicaciones, Fuerzas Armadas, 1987.

URRUTIA, Carlos López. *Guerra del Pacífico*. Ristre Multimedia, Pozuelo de Alarcón (Madrid), 2008.

WHIGHAM, Thomas L. Fruto de violencia y sacrificio: el nacionalismo paraguaio y la guerra de la triple alianza. In: CASAL, Juan Manuel; WHIGHAM, Thomas L. (Edición). *Paraguay: el nacionalismo y la guerra*. Asunción-Paraguay: SERVILIBRO, 2009.

ZOOK, David Hartzler. *La conducción de la guerra del Chaco*. Buenos Aires, Círculo Militar. Asunción-Paraguay. BVP Biblioteca Virtual del Paraguay, 1962. Disponível em: [http://bvp-org-py.clasishoping.com/biblio\\_htm/zook/indice.pdf](http://bvp-org-py.clasishoping.com/biblio_htm/zook/indice.pdf). Acesso em: 21 fev. 2019.